

*A arquivística no
Brasil vista pelo
olhar do outro,
do estrangeiro.*


Luis Carlos
Lopes

Resumo

Este artigo comenta o ponto de vista de alguns estrangeiros e brasileiros sobre problemas passados e presentes dos arquivos e da arquivística pensada e praticada no Brasil. Examina alguns textos produzidos nas últimas quatro décadas por Theodor R. Schellemborg, Henri Boullier de Branche, Charles Kecskeméti, Michel Duchein, José Honório Rodrigues etc. Discute os problemas brasileiros na formulação de uma política e de uma prática arquivística de amplitude nacional. Põe em evidência o problema da alteridade, seus limites e vantagens, no que tange às contribuições possíveis neste domínio.

Abstract

This article tells about the point of view of some foreign and Brazilian people about past and actual problems that occur in Archives and the practiced and thought archivistic in Brazil. It also examines some texts produced into the last four decades by Theodor R. Schellemborg, Henri Boullier de Branche, Charles Kecskeméti, Michel Duchein and José Honório Rodrigues. It discusses the Brazilian difficulties on creating a National politics for dealing with Archives. At last, it makes clear the limits and advantages of looking of the other in this field of knowledge.



Luiz Carlos Lopes

*A arquivística no Brasil
vista pelo olhar do outro,
do estrangeiro.¹*

Introdução

Nas últimas quatro décadas, o Brasil foi visitado por vários daqueles que, em suas épocas, tiveram especial destaque na arquivística pensada e praticada na Europa e na América do Norte. A maior parte deles veio em missão, convidados por instituições brasileiras. Produziram diagnósticos, desenvolveram consultorias, escreveram artigos, visitaram arquivos, ministraram cursos, proferiram conferências, participaram em Congressos e outros eventos. Destes destacam-se, como casos especiais, os de Theodor R. Schellemborg, Henri Boullier de Branche, Charles Kecskeméti e Michel Duchein. Eles levaram o saudável exercício da alteridade ao seu ponto máximo, chegando a comentar, em detalhes, a situação arquivística brasileira, propor soluções práticas e, até mesmo, desenvolver categorias teórico-explicativas dos problemas que presenciaram. O acesso aos seus relatórios e artigos, assim como aos textos de brasileiros sobre o que eles escreveram, foi questão importante para este artigo.²

Grosso modo, esses autores e homens de ação podem ser comparados às dezenas de antigos viajantes que, a partir do século XVI, no período colonial - 1530-1822 -, no Império - 1822-1889 - e no século XX cultivaram a tradição de descrever, explicar e buscar alternativas para o Brasil. A literatura produzida por estes autores, quase todos traduzidos ao português, é hoje entendida como fonte extremamente rica para o estudo de nosso passado.

Luiz Carlos Lopes é Professor Adjunto do Departamento de Documentação da Uff, Doutor em História Social pela USP.

Como toda fonte, esta não é *verdadeira* por si própria. Trata-se de uma *fonte* a ser criticada dissecada e interpretada. Os viajantes escreveram livros, muitas vezes volumosos, tratando de minúcias do que viram e representaram. Falaram sobre uma imensa região, complexa natureza e uma sociedade bastante diferente das que conheciam em seus países.

Os mais recentes documentos com mais ou menos esta percepção consistem nos trabalhos de historiadores e de outros profissionais das ciências humanas, em sua maioria, mas não-exclusivamente, norte-americanos, conhecidos como brasilianistas, isto é, especialistas em Brasil, que escreveram no século XX dezenas de obras acadêmicas e não-acadêmicas sobre nossos assuntos.

Num sentido um pouco diverso, Lévi-Strauss, no seu *Tristes tropiques*, baseou-se na sua experiência de professor nos primeiros anos da Universidade de São Paulo - uma das maiores e mais importantes do país - e de viajante pelo interior do Brasil, para exercitar o seu saber antropológico.

Infelizmente, Schellenberg, Boullier de Branche, Kecskeméti e Duchein não chegaram a produzir livros específicos sobre a questão arquivística brasileira. Possivelmente, as suas estadias curtas e a existência de inúmeros compromissos em seus países de origem e em outros lugares impediram que a reflexão avançasse mais. Por outro lado, a dimensão, limitação e a aridez dos assuntos abordados talvez não justificassem livros específicos, bastando os relatórios e artigos. Também não há na tradição da literatura arquivística internacional o costume de aprofundar aspectos e produzir obras com maior densidade sobre a realidade dos países. O fenômeno arquivístico muitas vezes é reduzido a importantes e inegáveis aspectos técnico-científicos universais, desconsiderando-se, todavia, determinadas tradições histórico-sociológicas de Estado e da burocracia de cada região e país. O manual e o relato de experiência dominam o cenário da ciência dos arquivos, algumas vezes sacudida por livros e artigos teóricos com maior profundidade e empenho investigativo.

Schellenberg e o Brasil

Schellenberg visitou o Brasil nos primeiros meses de 1960, quando era vice-diretor do National Archives dos Estados Unidos e professor da American University de Washington. Foi convidado por intermédio de José Honório Rodrigues, historiador brasileiro com vasta obra, que, à época - 1958-1962 -

dirigia o Arquivo Nacional. Durante a sua curta permanência no Brasil, Schellenberg escreveu um texto intitulado "*Archival problems of the Federal Government of Brazil*", datado de março de 1960. Na oportunidade, cedeu direitos autorais de alguns de seus trabalhos, para que fossem traduzidos ao português, sob a responsabilidade do Arquivo Nacional.

Nada há de casual na visita do conhecido arquivista norte-americano, falecido em 1970. O país vivia um clima de euforia econômica e política, governado por um presidente civil, liberal e empreendedor, Juscelino Kubitschek. Estava-se no ápice do que se convencionou, hoje, chamar de 'anos dourados' brasileiros. Estes consistiram: numa mistura de prosperidade econômica conseguida com um rápido ascenso industrial, abertura do país a empresas estrangeiras, em especial do ramo automobilístico, grandes obras de construção civil e altas taxas de inflação; inovações artísticas, amplamente divulgadas pela mídia, reforçada pelo apogeu do rádio e o início da televisão; uma certa estabilidade política-liberal, superado o trauma do suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954 e sucessivos motins militares golpistas; sobretudo, muita esperança no futuro, em especial, das classes médias, por melhores dias e maior sintonização com o *american way of life*.

A capital iria ser transferida para Brasília - construída por Kubitschek - em abril de 1960. Honório Rodrigues destoava da tradição histórica dos diretores do Arquivo Nacional, quase sempre burocratas tediosos e repetitivos. Era homem inteligente, dinâmico e autor de livros significativos sobre a história do Brasil. O seu período administrativo - 1958-1962 - foi marcado pela clara tentativa de transformar o Arquivo Nacional e as práticas arquivísticas brasileiras em motivo de reflexão e de salvaguarda da documentação com valor histórico, de interesse nacional. Pode-se criticar hoje as suas proposições, considerando-as de natureza centralizadora. Lembra-se, todavia, que, no mundo da época, imaginava-se a centralização estatal como solução para todos os males...

Schellenberg foi didático. Demonstrou a importância dos arquivos públicos, lembrando que eles "constituem a memória dos governos", "incorporam uma grande soma da experiência oficial". Citou Hilary Jenkinson, importante arquivista britânico, e seu relatório sobre os arquivos da Jamaica, chamando a atenção para a necessidade de se entenderem os arquivos "como uma necessidade nacional". Destacou o valor cultural dos arquivos

governamentais e a sua importância para a escrita da história dos países. Não se esqueceu de sublinhar a importância dos arquivos para as pessoas, porque, segundo ele, definiriam “a relação do governo com os governados”.

De sutileza em sutileza, o arquivista norte-americano enfatizou aspectos que, certamente, percebeu que não eram conhecidos ou valorizados no Brasil da época. Procurou, com bastante habilidade, mostrar que a função de um arquivo nacional seria a de administrar o conjunto dos arquivos federais:

- preservando os documentos de valor permanente, avaliando as massas documentais acumuladas no passado, preservando aqueles com algum valor e destruindo os sem utilidade;

- orientando os funcionários para evitarem a formação de novas massas por meio de “planos para eliminação ordenada e sistemática dos documentos públicos”;

- fornecendo “serviços técnicos especializados para a reparação de documentos danificados”, microfilmagem e armazenamento adequado;

- tornando acessíveis os documentos de valor permanente, por efeito de arranjo adequado e de outras práticas que valorizem estes acervos.

Schellenberg, nas suas intuições e propostas, apontou os danos causados pelos governos aos arquivos sem dizer que isto se aplicava ao caso brasileiro. Segundo ele, a “negligência oficial”, isto é, o descaso com os documentos provocaria a destruição de acervos. As más “condições de armazenamento” dos documentos sem uso corrente, guardados em porões, lugares excessivamente úmidos ou quentes em demasia, espaços infectados de insetos ou de roedores, com elevado risco de incêndio etc., foram criticadas sem que se dissesse que havia situações semelhantes no Brasil. Em relação à questão climática e à química do papel e das tintas, o autor abandonou, em parte, as sutilezas e afirmou que “documentos antigos no Rio de Janeiro estão muito escurecidos e quebradiços”. As altas temperaturas do verão carioca devem tê-lo impressionado. Certamente, a precisão e, ainda atualidade, da descrição da situação brasileira, deve decorrer de visitas a órgãos federais e da vontade de Honório Rodrigues de mostrar fatos e, possivelmente, falar, também, por meio da voz do arquivista estrangeiro. Se isto ocorreu de fato, a performance de Schellenberg e a do diretor foram memoráveis. O último, no prefácio do relatório em tela, chamou para si as constatações do primeiro e, ao gosto da

época, afirmou que “só as nações amadurecidas sabem dar aos arquivos o papel que lhes compete”.

Schellenberg passou a se fixar de modo objetivo em problemas brasileiros, quando falou do futuro. Lembrou, semanas antes da transferência da capital do Brasil (1960) do Rio de Janeiro para Brasília, da importância de se dar atenção aos arquivos, que deveriam ser revistos. Ele pensava que só se deveriam transferir para a nova capital os documentos de uso corrente. Asseverou o possível prejuízo e desperdício do governo ao transferir “arquivos não utilizáveis”. Destacou o perigo de se negligenciar ou abandonar os acervos deixados no Rio de Janeiro. Criticou a baixa importância da autoridade arquivística no país e a posição, ao seu ver inadequada, do Arquivo Nacional, na estrutura do governo central, subordinado ao, na época denominado, Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Defendeu, como José Honório, a necessidade de se “reconhecer o Arquivo Nacional como a instituição arquivística central” do país. Criticou, em detalhes, as condições físicas das instalações ocupadas pelo Arquivo Nacional. Naquele momento, uma velha e imponente casa de um barão do Império, construída em 1818. Demonstrou que, além dos problemas do prédio, não havia mais espaço para novos recolhimentos. Propôs soluções, na forma de equipamentos modernos de armazenagem e a criação de um “centro de depósito temporário”, em algum prédio vazio, em decorrência da transferência da capital. Nele deveriam ficar concentrados “todos os arquivos deixados no Rio pelas repartições governamentais”. Comentou, igualmente, a situação dos arquivos do, na época denominado Ministério da Guerra - atual Ministério do Exército - e do Ministério das Relações Exteriores. Várias de suas assertivas demonstram que ele, diligentemente, visitou inúmeros depósitos de arquivos governamentais. Não esqueceu de falar sobre os problemas relacionados à formação e treinamento de pessoal para os trabalhos arquivísticos. As suas recomendações finais circunscreveram-se a necessidade de:

- uma legislação que protegesse os documentos valiosos;
- planos ordenados de avaliação, considerando-se, em especial, o problema da transferência da capital;
- um arquivo intermediário central, que ele denominou de “depósito arquivístico temporário” no Rio de Janeiro;
- construir em Brasília edifícios para “depósito arquivístico nacional e

central”, isto é, uma futura sede para o Arquivo Nacional.

Schellenberg esclareceu, de modo lúcido, que muito de suas propostas de estruturas e estruturação basearam-se na experiência do National Archives, do qual descreveu os aspectos físicos. Criticou a realidade de se manterem separados do Arquivo Nacional do Brasil os arquivos dos ministérios militares e das relações exteriores. Historiou os problemas enfrentados nos EUA por efeito da dispersão inicial dos documentos públicos valiosos no afã de evitar que o mesmo ocorresse no Brasil. Propôs que se seguisse no Brasil a experiência norte-americana de se “investigar os métodos de administração de documentos no trabalho corrente do governo”. Relatou os procedimentos adotados em seu país e na Grã-Bretanha. Revelou ter esperanças de que a transferência da capital motivasse muitas das iniciativas por ele propostas, o que não se confirmou nas últimas décadas. Finalizou o seu relatório de modo otimista, propondo providências específicas para os trabalhos a serem desenvolvidos no Arquivo Nacional, no tocante à preservação e descrição geral dos acervos, ao necessário treinamento de pessoal e desenvolvimento de publicações especializadas.

Passados quase quarenta anos de existência deste relatório, é espantoso constatar a sua atualidade. O Brasil mudou demais nestes anos. Trata-se de um outro país, muito mais urbano, sofisticado e avançado nas mais diversas áreas. Existem inúmeros problemas sociais, econômicos etc. Todavia, as diferenças entre os anos 90 e os anos 60 são abissais. Não se pode dizer que não tenha havido qualquer progresso na área arquivística. O Arquivo Nacional, por exemplo, continua no Rio de Janeiro, mas, agora, numa sede adaptada em condições muito superiores às da velha casa descrita por Schellenberg. Têm-se algumas leis e um número muito maior de *experts*, formados pelo trabalho prático, pelo ensino universitário e por sucessivas incursões no exterior. Entretanto, verifica-se que vários dos problemas apontados pelo autor permanecem vivos ou resolvidos de modo parcial e fragmentário. Obviamente que alguns de seus argumentos e propostas envelheceram. Entretanto, as suas polidas críticas podem ser lidas hoje como constatações de uma situação que atravessa décadas, mudando muito menos do que se preservando em essência. Lembrando-se que, apesar das responsabilidades dos arquivistas brasileiros, não se pode dizer que eles, de modo desigual, não tenham se esforçado para melhorar a situação do país

neste domínio. Infelizmente, nem sempre como José Honório Rodrigues, seguindo um caminho mais sólido, traçado pelo conhecimento advindo da pesquisa. Há de se recordar que muitas vezes esta senda possível foi dificultada por inúmeros problemas, originados na nossa vida social, econômica e política.

Schellenberg continua sendo o arquivista estrangeiro mais traduzido e lido no Brasil. O seu relatório sobre o Brasil permanece como um documento pouco divulgado e estudado. Todavia, os seus dois livros publicados em português tiveram boa circulação nas últimas décadas entre estudantes, professores e profissionais da área.

Os franceses

Henri Boullier de Branche foi, salvo engano, o primeiro arquivista francês a estudar e a propor soluções para os problemas brasileiros. Tal como Schellenberg, veio ao Brasil em missão, convidado pelo governo brasileiro, representado pelo diretor do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues. Este, no primeiro prefácio do Relatório do francês, datado de novembro de 1960, esclarece a natureza da missão voltada, principalmente, para os problemas relacionados à classificação, descrição de fundos documentais e à formação de quadros profissionais no Arquivo Nacional. Portanto, a visita deste profissional, na época diretor dos arquivos de Le Mans, teve natureza diversa da feita alguns meses antes pelo célebre arquivista norte-americano.

Depreende-se do texto de Boullier de Branche que ele teve acesso ao Relatório de Schellenberg que tanto impressionou Honório Rodrigues, o qual insiste no prefácio acima citado, na coincidência entre as idéias de ambos com o seu importante texto sobre o Arquivo Nacional, publicado em 1959. O diretor do Arquivo Nacional foi um crítico ácido da situação arquivística brasileira, destacando-se por informar com precisão os problemas e por cobrar do governo medidas emergenciais.

Ainda no prefácio do texto de Boullier de Branche, o historiador brasileiro reclama das dificuldades de gerenciamento de recursos humanos, dos baixos salários e, em especial, do fato de, à época, o Arquivo Nacional contar apenas com 14 arquivistas, o que somaria 3% do total (463) de profissionais com este título, trabalhando no serviço público federal. É necessário pontuar que Honório Rodrigues está se referindo aos arquivistas formais, isto é, pessoas que no sistema administrativo público brasileiro tinham este título de

carreira, sem que isto significasse em todos casos, conhecimento teórico ou prático, exercício real da profissão, diplomas ou certificados etc. O diretor justificou, no mesmo texto, o uso de verbas especiais para sustentar o grupo de trabalho brasileiro criado por Boullier de Branche, voltado para os problemas de classificação, como forma de preencher as necessidades de pessoal qualificado ou em formação.

O Relatório do arquivista francês não teve a abrangência e a visão de gestão de documentos proposta por Schellenberg. Circunscreeveu-se ao problema da documentação com valor histórico recolhida ao Arquivo Nacional. Ele fez uma importante descrição do que viu nas instalações na velha casa usada até 1985, coincidentemente, no plano geral com as observações do norte-americano. O aspecto mais original de seu trabalho está resumido numa frase:

“Nenhum método científico de classificação parece ter sido seguido e os fundos não são respeitados.”

Nesta sentença o arquivista francês pontuou um fato fundamental. As práticas arquivísticas brasileiras, desenvolvidas no Arquivo Nacional, eram empíricistas. Não havia planejamento, método e metodologia de trabalho referenciada na bibliografia internacional. Nesta época, não se podia falar de uma bibliografia nacional significativa, nem mesmo de traduções de textos fundamentais. Coube, também, a José Honório o mérito de mandar publicar várias obras arquivísticas de curso internacional. Apesar de publicar desde o século passado, o Arquivo Nacional, criado em 1838, imprimia, quase que somente, trabalhos historiográficos e alguns instrumentos de busca feitos para historiadores. Aliás, alguns destes foram elogiados pelo arquivista de Le Mans.

Das recomendações de Boullier de Branche destacaram-se:

- a preocupação com o estado do edifício usado pelo Arquivo Nacional e a proposta de transferência para Brasília;
- a defesa do uso generalizado, ao gosto da época, de caixas metálicas como principal embalagem;
- a ênfase na formação de pessoal, incluindo sugestões de currículo e método de ensino etc., sugerindo, também, o envio regular a Paris de funcionários para fazer o estágio internacional de arquivos;

· a proposição do respeito a “regras essenciais” para o tratamento dos fundos e para o estabelecimento dos “quadros de classificação”.

O arquivista francês terminou a sua missão, legando ao Arquivo Nacional uma proposta de classificação dos fundos recolhidos, estabelecida na forma de um quadro, de tabelas, codificações etc. Um esforço significativo de dar racionalidade ao trabalho de uma instituição que já conhecia instrumentos de pesquisa razoáveis, quase sempre construídos documento a documento, prática condenada pelo autor. É importante lembrar que esta forma de descrição criticada por ele ainda está muito em voga nos arquivos públicos brasileiros. Este fato é explicável por ser, em vários casos, pouco usual e quase desconhecida no Brasil a prática sistemática de classificação arquivística, considerando-se os fundos, as séries, subséries, dossiês etc.

Foram desenvolvidos nas últimas duas décadas, em pontos diferentes do país, importantes projetos de classificação, avaliação e descrição. A proposta de classificação do autor e seus resultados foram reexaminadas em 1983, num alentado documento produzido pelo Arquivo Nacional, chegando-se à conclusão de seus méritos, apesar da ocorrência de alguns problemas na sua aplicação e da necessidade de atualização dos conceitos e da filosofia de trabalho proposta.

Entre 15 de agosto e 1 de setembro de 1978, Michel Duchein esteve no Brasil estudando a situação arquivística do país, em missão oficial, que o levou a visitar inúmeros arquivos públicos estaduais, municipais, federais e alguns arquivos privados, todos situados no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Niterói e Brasília. Possivelmente, a mais abrangente visita técnica já feita por um estrangeiro aos arquivos brasileiros, uma verdadeira ‘viagem’ aos nossos problemas arquivísticos.

Duchein descreveu o que viu com riqueza de detalhes surpreendente para um estrangeiro. Chamou-lhe a atenção o fato de inexistirem, na época, leis federais sobre o assunto, a precariedade do prédio do Arquivo Nacional e de outras instituições de arquivo, a riqueza e a difusão de algumas publicações arquivísticas brasileiras, a importância da Associação dos Arquivistas Brasileiros e os projetos em discussão, em especial, o do Sistema Nacional de Arquivos. Nesta área do conhecimento, não houve outro exemplo tão amplo do exercício da alteridade. Duchein conversou com muita gente, esmiuçou inúmeros problemas, dentre eles o da formação profissional,

regulamentada em lei, no ano de sua visita. Sobre cada aspecto foi além da descrição, enumerando problemas, tecendo críticas e propondo soluções, de modo incansável. Dentre os seus argumentos, foi notável a sua avaliação dos cursos universitários de arquivologia, instalados na época no Rio de Janeiro e em Santa Maria, interior do Rio Grande do Sul. Sugeriu estratégias, mudanças, currículos etc. e, sobretudo, a vinda ao Brasil de um especialista de “alta competência internacional” que assessorasse o governo no campo do ensino, apontado por ele como estratégico.

A situação dos arquivos visitados em Brasília muito o impressionou, levando-o a afirmar que: “cada ministério e administração federais conservam seus próprios arquivos com toda a independência”. O autor percebeu que o Arquivo Nacional não conseguia alterar o que havia na administração pública. Para ele, tratava-se, principalmente, de um problema legal. Por isto, enfatizou, ao longo de seu texto, a necessidade de dotar o país de uma legislação arquivística. Segundo o mesmo documento, ele sugeriu, em várias reuniões com autoridades, a construção de prédios, reformas etc., evidenciando o seu outro ponto de referência, a solução arquitetônica. Chegou a propor programas, em alguns casos detalhados, sobre a construção de prédios a serem administrados pelos arquivos públicos brasileiros. Em síntese, as suas críticas e recomendações enfatizaram o problema jurídico, o arquitetônico, o do estatuto profissional e o da formação universitária de arquivistas no Brasil. Para Duchein: “a criação de um sistema nacional arquivístico” impunha-se “como necessidade prioritária”. É, também, de 1978, a primeira lei de criação do Sistema Nacional de Arquivos do Brasil.

O inspetor-geral dos arquivos de seu país personificou a continuidade da influência arquivística francesa no Brasil. Trouxe para o Brasil a sua visão global dos problemas desta área e sua grande experiência profissional. Nenhum outro arquivista estrangeiro conseguiu ir tão longe no exercício de alteridade. Junto com Schellenberg, o autor francês é bastante conhecido entre os brasileiros que trabalham com arquivos, tendo tido alguns dos seus artigos e relatórios traduzidos para o português. Ele teve contato com dezenas dos atuais profissionais que executam funções arquivísticas ou ensinam sobre o assunto nas universidades brasileiras.

Entre 26 de abril e 5 de maio de 1982, Duchein fez nova visita técnica ao Brasil (Rio de Janeiro), produzindo um novo relatório, agora mais conciso e

voltado, basicamente, para os projetos e problemas enfrentados da gestão de Celina Vargas, na direção - 1980-1990 - do Arquivo Nacional. Os argumentos de suas apreciações foram, mais ou menos, os mesmos, resumidos em quatro aspectos: inexistência de uma legislação federal; inexistência de um corpo científico de arquivistas; inadequação e precariedade da sede do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro; falta de solução para o problema do arquivamento intermediário federal no Rio e em Brasília. Duchein examinou e fez sugestões no projeto de transferência da sede do Arquivo Nacional, consumado em 1985, que consistiu na adaptação bem-sucedida de um prédio, antes ocupado pela Casa da Moeda, instituição federal destinada à produção do meio circulante no país.

Em artigo escrito em 1988, a propósito da comemoração dos 150 anos do Arquivo Nacional do Brasil, Duchein revelou-se:

“feliz e orgulhoso por ter sido chamado diversas vezes, nos últimos dez anos, para constatar no Rio de Janeiro e em Brasília o dinamismo do Arquivo Nacional e a rapidez de seu desenvolvimento”

Charles Kecskeméti, na mesma revista, publicada em 1988, teceu considerações sobre o que ele chamou, com muita propriedade, de “arquivos nominais”. Disse que se referia às instituições que, na América Latina, não conseguiam fazer as suas principais funções de recolher, classificar, avaliar e descrever os documentos das administrações públicas. Segundo o brilhante diretor-executivo do Conselho Internacional de Arquivos, estes arquivos caíam num círculo vicioso não conseguindo ser úteis, por isso mesmo, não recebendo recursos suficientes etc.

Kecskeméti elogiou, no mesmo artigo, a modernização do Arquivo Nacional brasileiro, desenvolvida na década de 1980. Esta foi sinalizada, dizemos nós, de acordo com as suas propostas e as de Schellemborg, Boullier de Branche e Duchein e pelo esforço e tenacidade de equipes que trabalharam nesta direção, enquanto responsáveis pelo órgão. Não há dúvida de que a arquivística pensada e praticada no Brasil deveu ao autor várias dúvidas a serem subtraídas de seu texto. Será, por exemplo, que o nominalismo apontado por Kecskeméti terá desaparecido do cenário arquivístico brasileiro?

Conclusões

Não há dúvida de que a arquivística pensada e praticada no Brasil deve aos quatro arquivistas citados a radiografia de vários problemas, alguns

solucionados e outros - a maior parte - em aberto. Eles começaram o que hoje é rotineiro, a prática de se comparar a nossa realidade com as experiências de outros países. Inauguraram, com José Honório Rodrigues, na década de 1960, o costume de pensar e produzir conhecimentos sobre o assunto.

Pode-se, a partir disto, enriquecer o pensamento arquivístico brasileiro, na busca de modelos que atendam as nossas necessidades, sem perder de vista a perspectiva internacional, necessária a qualquer disciplina do conhecimento científico. Alguns problemas apontados pelos autores citados permanecem. Algumas dúvidas nos levam a perguntar:

· Até que ponto a prática da alteridade é capaz de apresentar soluções para problemas arquivísticos de outros países?

· O que é internacional nas teorias e práticas arquivísticas e o que é essencialmente local?

Fica para o leitor o exercício das respostas e para a realidade a experimentação do, também legítimo, exercício da alteridade, com todas as suas vantagens, problemas e limites.

Bibliografia

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Publicações do Arquivo Nacional: 1886-1990*. Rio de Janeiro : O Arquivo, 1991.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Diagnóstico sobre a aplicação do sistema de arranjo Boullier de Branche no Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro : O Arquivo, 1983. mimeo.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Relatório da missão de Michel Duchein sobre a organização do Arquivo Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro : O Arquivo, 1982. mimeo.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Relatório Duchein: organização de arquivos*. Rio de Janeiro : O Arquivo, 1978. Mimeo.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Relatório gestão: 1980-1984*. Rio de Janeiro : O Arquivo, 1984. Mimeo.

BRANCHE, Henri Boullier de. *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1975. A primeira edição é de 1960.

DUCHEIN, Michel. O papel da arquivologia na sociedade de hoje. *In: Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 6, n° 3, set./dez. 1978, p. 30-36.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *In: Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n° 1, abr./ago. 1986, p. 14-33.

DUCHEIN, Michel. Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil. In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 3, n° 2, jul.-dez. 1988, p. 91-98.

KECSKEMÉTI, Charles. A modernização do Arquivo Nacional do Brasil. In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 3, n° 2, jul.-dez. 1988, p. 5-10.

LOPES, Luís Carlos. *A informação e os arquivos: teorias e práticas*. Niterói: Eduff; São Carlos: Edufscar, 1996.

RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959. 73 p.

RODRIGUES, José Honório. A liberdade de informação e pesquisa. In: *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 6, n° 3, dez. 1976, p. 5-11.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Mec, 1978.

SCHELLENBERG, Theodor R. *Arquivos Modernos: princípios técnicos*. (Trad. Nilza Teixeira Soares). 2ª tir. Rio de Janeiro: FGV, 1974. A primeira edição em inglês é de 1956.

SCHELLENBERG, Theodor R. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1980. A primeira edição em português, patrocinada pelo Arquivo Nacional, é de 1963.

SCHELLENBERG, Theodor R. *Problemas arquivísticos do governo federal do Brasil*. Trad. Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. 25 p.

VARGAS, Celina, BASTOS, Aurélio Wander Bastos. Os arquivos nacionais: estrutura e legislação. In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 1, n° 1, jan./jun, 1986. p. 7-28.

Notas:

¹ Parte das reflexões contidas neste artigo serão, também, publicadas numa revista especializada de Quebec (Canadá), em artigo feito com Daniel Ducharme versando sobre a arquivística pensada e praticada no Brasil.

² Agradeço a José Ivan Calou Filho, velho amigo e experiente funcionário do Arquivo Nacional, pela pesquisa preliminar e sugestões, e a Jaime Antunes (diretor do órgão) pelo acesso aos textos que fazem parte dos acervos da biblioteca e do arquivo do Arquivo.

³ A mais importante delas é a conhecida como "lei dos arquivos", n° 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que "*dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados*".